Negociação: Itamaraty não opina

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Ministério das Relações Exteriores não está participando das negociações da dívida externa porque, segundo informou fonte diplomática, "esta é uma questão que deve ser tratada pelos ministérios da área econômica e o Palácio do Planalto". Sobre as notícias publicadas na imprensa de que o Itamaraty não está nem mesmo intermediando essas negociações, a fonte acrescentou que não sabe por que estão estranhando essa atitude, "já que a diplomacia brasileira nunca interferiu, em nenhum governo, na questão da dívida externa".

Fontes diplomáticas lembram que a diplomacia brasileira deve atuar nas relações de governo a governo, o que não é o caso da dívida

externa, já que a negociação é feita com bancos e não com chefes de Estados.

AUDITORIA

Dois líderes partidários — Brandão Monteiro, do PDT, e Aldo Arantes, do PC do B — propuseram ontem uma auditoria para a apuração do montante exato da dívida externa e sua aplicação. Já o líder do PDS, Amaral Netto, assegurou que a pergunta de um ministro de Estado sobre as possíveis retaliações dos credores teve o silêncio como resposta, na reunião da última sexta-feira.

Amaral lançou um repto às lideranças governistas: que explicassem como Aureliano Chaves teria condições de continuar ministro depois de comentar o apelo do presidente Farnery — "pelo amor de Deus, não façam a pretexto de oposição traição à Nação" —, com as seguintes pala-

avras: "Só um idiota diria uma coisa dessas".

— Quem é o idiota e que vai ser do ministro que teve coragem de dizer a verdade?, perguntou Amaral Netto.

Com uma abordagem política e ideológica diferente, a mesma colocação foi feita, em nome da liderança do PT, pelo deputado paulista José Genoíno. Ele considerou a comissão de alto nível que seria integrada por Elieser Baptista, Olavo Setúbal e Antonio Ermírio, uma evidência de que o problema será tratado sob a ótica dos interesses do capital financeiro nacional e internacional e a suspensão do pagamento da dívida, nos termos anunciados pelo governo, não terá maiores conseqüências se as linhas básicas da economia no País não forem alteradas.